

# CONTEXTO HISTÓRICO DE PERNAMBUCO NO PRÉ-64

Luiz Anastácio Momesso<sup>1</sup>  
Maria do Socorro de Abreu e Lima<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo visa trazer informações e reflexões a respeito da época que antecede ao Golpe de 1964. Foi um período rico em projetos, organização e lutas dos trabalhadores em nosso país, marcado por contradições e conflitos com os setores conservadores e antidemocráticos que se posicionavam abertamente contra as instituições e os avanços significativos da esquerda e do povo em geral.

Palavras-chave: Democracia. Trabalhadores. Esquerda.

## RESUMEN

*Este artículo pretende aportar información y reflexiones sobre la temporada anterior al golpe de Estado de 1964. Fue un período rico en proyectos, organización y lucha de los trabajadores en nuestro país, marcado por contradicciones y conflictos con los sectores anti-democráticos y conservadores, que estaban de pie en contra de las instituciones y de los avances significativos de la izquierda y el pueblo en general. Palabras clave: Democracia. Los trabajadores de la izquierda.*

---

1 Doutor em Comunicação Social (USP). Professor do Departamento de Comunicação social da UFPE e coordenador do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais.

2 Doutora em História (UFPE) e professora do Departamento de História – UFPE.

Entender o quadro político do Brasil, e particularmente de Pernambuco, no período que antecede ao Golpe civil-militar de 1964, implica retomar algumas questões fundamentais inseridas no contexto mais geral da época em foco, assinalada pelo fim da II Guerra Mundial, a derrota do nazi-fascismo, o avanço do campo socialista, as lutas de libertação nacional dos povos da Ásia e da África, num processo de questionamento do capitalismo e da denominada “civilização ocidental e cristã”. Preocupados com a possibilidade de uma União Soviética reconstruída e prestigiada, e com vistas a defender seus interesses hegemônicos, os Estados Unidos partem para a ofensiva, buscando conter os avanços do campo da esquerda dando início, em 1947, ao que se convencionou chamar de Guerra Fria, uma disputa acirrada entre os campos socialista e capitalista nas diferentes esferas de poder e influência mundiais, levando a uma intensa corrida armamentista e a um confronto político-ideológico de grandes proporções. Se em alguns momentos essa guerra chegou a se tornar “quente”, como no caso do conflito da Coréia, no início dos anos 50, no geral ela não se transformou num conflito armado dado o poderio militar da URSS, demonstrado em 1949 com a produção da bomba atômica e o apoio e simpatia de diferentes povos em relação à pátria do socialismo<sup>3</sup>.

Outro aspecto a ser destacado foi a busca, pelos países desenvolvidos, de criar uma alternativa efetiva para evitar a ocorrência de crises e adotar uma política econômica que se mostrasse adequada para as demandas dos trabalhadores, dando legitimidade ao Estado burguês e evitando uma saída revolucionária de perspectiva socialista. Baseando-se nas propostas de John Maynard Keynes (1883-1946) implementou-se o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social, que procurava desenvolver programas sociais e uma política de pleno emprego para os trabalhadores, garantindo, dessa forma, a expansão do mercado consumidor ao mesmo tempo em que, assumindo investimentos em setores não lucrativos ou subsidiando a indústria privada, este mesmo Estado possibilitava grandes vantagens para o capital. De acordo com Padrós (2005, p.251), “[...] o que motivou o capital e os capitalistas a sustentar o Estado de bem-estar foi o medo do impacto que as conquistas sociais dos trabalhadores soviéticos poderiam ter sobre o movimento operário mundial”, e acrescenta “o financiamento da adesão ao pacto de consenso teve a enorme contribuição indireta da exploração desenfreada que o Terceiro Mundo continuou sofrendo das economias centrais”.

---

3 Para uma análise deste período, consultar HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e VIZENTINI, Paulo. *A Guerra Fria In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.*

A questão do chamado Terceiro Mundo se constituiu num outro elemento bastante relevante no período em foco. Assim se expressa Hobsbawm (1995, p.337):

Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente.

Parcela desses novos países conquistou sua independência a partir de revoluções sociais ou guerras de libertação nacional, propondo-se formar repúblicas democrático-populares. E, em que pese o fato de a maioria dos novos Estados terem continuado ligados economicamente a seus ex-colonizadores ou permanecerem sofrendo grande influência dos Estados Unidos, as potências ocidentais não viram com bons olhos a formação de um bloco de países vinculados ao Terceiro Mundo que, a partir de 1955, com a Conferência de Bandung, na Indonésia, se assumiram como não alinhados.

Na América Latina, algumas questões se colocavam na ordem do dia: como superar a dependência herdada do período colonial; como sair do subdesenvolvimento e construir uma sociedade menos desigual; como efetivar e ampliar a democracia, garantindo direitos e participação para a maioria da população desses países.

Neste caso, algumas tentativas foram feitas, geralmente sem sucesso. Afinal desde o século XIX os Estados Unidos aplicavam a doutrina Monroe, que pressupunha “A América para os americanos”, entendendo-se com essa assertiva que os interesses dos capitais norte-americanos deveriam ser sempre garantidos, em detrimento do direito de autonomia dos outros países. Assim é que em 1953, na Guatemala, o presidente Jacob Arbenz, após anunciar a intenção de realizar uma reforma agrária em seu país contrariando os interesses dos grandes proprietários e da *United Fruit* foi acusado de comunista e deposto com o auxílio da Agência Central de Inteligência (CIA) em 1954.

Contudo, em 1959, o ditador de Cuba, Fulgêncio Batista, que em outras épocas fora um grande aliado dos EUA, foi derrotado pela Revolução Cubana, que, após realizar um processo de reforma agrária, nacionalizou todos os bens norte-americanos e, em janeiro de 1961, definiu-se como socialista.

Todo esse contexto é fundamental para situarmos os anos cinquenta e início dos sessenta no Brasil. São muitas as pressões, os desafios e a busca de superação da situação em que o país se encontrava. De um lado, os interesses do grande capital, do latifúndio, dos setores conservadores. De outro, o processo de ampliação da participação e organização dos trabalhadores, a luta por direitos, por reformas, por outro tipo de desenvolvimento.

Esse processo, cheio de idas e vindas, empolgou boa parte da população, que se posicionava de um lado ou de outro, nem sempre de maneira clara ou definitiva. Mas foi um período em que as pessoas, em especial os setores da esquerda e particularmente os jovens sentiam-se parte desse processo, responsáveis por definir projetos e responsabilidades no que tange à superação dos problemas mais graves enfrentados pelo país.

Como sair desses impasses? Como responder a esses desafios? Como encarar as mudanças, consideradas na época dentro de um processo da chamada Revolução Brasileira?

Carlos Fico (2000, p.173) assinala que “os debates sobre os caminhos que o desenvolvimento brasileiro deveriam trilhar assumiram, com o passar dos anos, fortes conotações ideológicas”, entrando em cena noções como “soberania nacional”, setores “entreguistas” e “nacionalistas”, o que, para ele, conduziu a uma simplificação da questão. Contudo, considerando-se a campanha pela criação do monopólio estatal do petróleo do início dos anos cinquenta, durante o governo Vargas<sup>4</sup>, que aglutinou expressivos setores da população como trabalhadores, estudantes, militares etc., verifica-se um avanço na tomada de consciência a respeito do subdesenvolvimento brasileiro e dos impasses que então se colocavam.

A partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) vai-se colocar não só a questão sobre a forma e extensão da participação externa, mas também o papel da intervenção do setor público na economia. A formulação e execução do Plano de Metas reforçavam a ideia de planejamento, considerando-se que os investimentos estatais deveriam se voltar também para uma política de crescimento e de industrialização. De acordo com as propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), deveria ser priorizada uma política de substituição de importações incentivando-se a produção de bens de consumo duráveis, e mesmo bens de produção. Formaram-se vários grupos

---

4 Getúlio Vargas assumiu o governo do Brasil em 1930 e, em 1937, com o Golpe do Estado Novo estabeleceu uma ditadura que vigorou até 1945. Em 1951 ele retorna ao poder, mas então como presidente eleito.

de trabalho e, no caso específico do Nordeste, criou-se a SUDENE (1959), sob a direção de Celso Furtado, que se propôs a romper com o problema do “colonialismo interno”, entendendo que também havia no país um pólo desenvolvido e outro subdesenvolvido (FICO, 2000, p.178).

A política desenvolvimentista de JK efetivou-se com a participação de capitais estrangeiros e um grande endividamento externo. O que, juntamente com o aumento da taxa de inflação, veio a trazer sérios problemas para os governos que o substituíram, particularmente o governo João Goulart.

Ora, se o país crescia do ponto de vista econômico e industrial, concomitantemente aumentava o contingente de trabalhadores, particularmente da classe operária, muitos dos quais saídos recentemente do campo. Silva e Negro (2003, p.57) falam sobre “a explosão operária na cena pública”, ao se referir à vaga grevista ocorrida com a democratização do país.

E afora o período do Presidente Dutra, que a partir especialmente de 1947, com a efetivação da Guerra Fria e a decretação da ilegalidade do Partido Comunista reprimiu de maneira intensa o movimento popular e sindical, ao longo dos anos cinquenta e sessenta a classe trabalhadora em geral - e operária em particular - organizou-se, reivindicou, protestou, ampliou seu raio de ação não apenas no que diz respeito a questões específicas do mundo do trabalho, mas discutindo e se posicionando em relação a questões políticas e aos projetos de desenvolvimento propostos para o país. Promovendo grandes greves e mobilizações, atuando na esfera político-institucional, organizando-se em sindicatos, partidos e movimentos, os trabalhadores estiveram presentes, o que deixava os setores mais conservadores temerosos quanto à efetivação de uma suposta “república sindicalista”, como os mesmos teimavam em denunciar.

No primeiro semestre de 1953 ocorreu em São Paulo a Greve dos 300 mil, que durou 27 dias e englobou trabalhadores têxteis, metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. Esta greve teve grande coesão, intensa mobilização e manifestações públicas, forte presença feminina e solidariedade e apoio de diferentes categorias de trabalhadores, assim como da opinião pública em geral. De acordo com Silva e Negro (2003, p.64), “as comissões de fábrica foram as principais responsáveis pelas iniciativas e pela dinâmica do movimento”, fato importante de ser ressaltado já que certa tradição historiográfica tende a sugerir que as comissões de fábrica foram criadas apenas nos anos 70 nas fábricas metalúrgicas do ABC paulista. O saldo desta luta foi favorável aos grevistas, ampliando a sindicalização e organização dos mesmos,

possibilitando a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA) assim como seu nível de politização, em que pese a intensa reação e repressão dos patrões, com milhares de demissões e desrespeito aos acordos firmados.

Ainda nesse mesmo ano ocorreu a greve dos marítimos, com a participação de cerca de 100 mil trabalhadores dos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém.

Em 1957 ocorreu a Greve dos 400 mil, englobando diversas categorias de São Paulo, e que criou o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que integrava cerca de quarenta sindicatos. E em 1963 a Greve dos 700 mil, que contou com a participação de trabalhadores de várias cidades industriais do estado de São Paulo. Esta grande mobilização possibilitou mais um salto organizativo para os trabalhadores com a criação do Pacto de Ação Conjunta (PAC), ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1961 diante da necessidade de se implementar iniciativas de criação de centrais sindicais, que eram proibidas legalmente, pois a Consolidação das Leis Trabalhistas só reconhecia federações (estaduais) e confederações (nacionais) que congregassem cada categoria isoladamente.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de o país ser considerado democrático, muitas vezes essas greves enfrentavam grande repressão das polícias estaduais, como no caso dessa última, quando se efetivou, só no primeiro dia, 600 prisões, conforme os autores citados.

Além das vantagens econômicas e organizativas para os trabalhadores em luta, também ocorreu um intenso processo de politização no período, que contou com forte presença dos trabalhistas do PTB e dos comunistas do PCB.

Criado por Vargas em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro atuava no plano político institucional, mas também junto aos trabalhadores, pois boa parte de seus membros era ligada, desde os tempos do Estado Novo, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Partindo da premissa de que capital e trabalho devem buscar um equilíbrio, que o sindicato é um órgão de colaboração com o Estado e que os direitos dos trabalhadores, contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) devem ser requeridos acionando-se a Justiça do Trabalho, evitando-se as greves, uma parcela desses sindicalistas foi se tornando cada vez mais pelega, isto é, atuando de acordo com seus interesses particulares, defendendo o patronato e o controle do sindicato pelo Estado. Outra parcela, porém, foi desenvolvendo uma atuação mais combativa, trabalhando muitas vezes em conjunto com os comunistas nos sindicatos e nas greves, na defesa do nacionalismo e em campanhas eleitorais.

Quanto ao PCB<sup>5</sup>, no período em que esteve na legalidade alcançou um nível de reconhecimento e apoio muito grande, tendo, nas eleições para presidente de 1945, obtido o terceiro lugar, elegendo ainda um senador e diversos deputados federais. Tornando-se um partido de massas foi, contudo, novamente para a ilegalidade em 1947, dentro da política instaurada com a Guerra Fria.

Sua análise da sociedade brasileira partia da ideia de que o Brasil era um país semifeudal, onde a revolução seria feita por etapas: a primeira, de caráter nacional e democrático, seria anti-imperialista e antifeudal; já a segunda seria socialista. Isso levava os comunistas a lutarem por reformas que pudessem, inclusive, possibilitar um desenvolvimento maior do capitalismo. Nesse processo, seria possível consolidar uma aliança entre o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional, combatendo o imperialismo norte-americano.

No movimento de massa e, particularmente, no movimento sindical, os comunistas procuraram, na maior parte do período, adotar uma política de alianças com a ala mais à esquerda do PTB, defendendo o nacionalismo, a liberdade de organização e a ampliação de direitos para a classe trabalhadora.

Também o meio rural apresentou um quadro de intensa mobilização. Em 1954 foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), numa conferência que reuniu 303 representantes de 16 estados e teve em sua pauta discussões sobre a reforma agrária e, principalmente, a extensão dos direitos trabalhistas para os camponeses (MEDEIROS, 1989, p.31-32).

Entre 1945 e 1960 ocorreram várias greves no campo, particularmente em São Paulo. Outras regiões foram palco de diversos conflitos: em Goiás, posseiros ameaçados de despejo resistiram e conquistaram a terra, na região de Trombas e Formoso; no sudoeste do Paraná ocorreu a Guerrilha de Porecatu, outras lutas foram levadas na Baixada Fluminense e em Santa Fé do Sul, em São Paulo. No Rio Grande do Sul fundou-se o Movimento de Agricultores sem Terra (MASTER) e, em Pernambuco, as Ligas Camponesas.

No plano federal foram elaborados estudos com vistas a um projeto de alteração na estrutura fundiária do país que, posteriormente, deu origem ao Estatuto da Terra. Em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural. No mesmo ano foi

---

5 PCB é a sigla que corresponde ao Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922. Até o início dos anos 60 só havia um partido comunista. Contudo, nesse período ocorre um racha, existindo, a partir de então, dois partidos: o Partido Comunista do Brasil, (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1963, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural. Ainda nesse mesmo ano foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural, garantindo aos assalariados rurais direitos trabalhistas tais como salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias etc., embora não tratasse da previdência social.

Em dezembro de 1963 fundou-se a Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e por fim, em 13 de março de 1964, João Goulart assinou um decreto que desapropriava as terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e dos açudes construídos pela União para fins de reforma agrária.

A Igreja Católica foi outro setor que procurou influir nos movimentos sociais de então. No caso da classe trabalhadora urbana, havia uma corrente autodenominada “democrática”, cuja principal característica era o anticomunismo, assim como a visão de que os interesses dos trabalhadores deveriam se submeter a uma política de colaboração de classes (MOMESSO, 2008, p.156). Do mesmo modo, no campo, a preocupação com a intensa exploração existente, particularmente no Nordeste, levou parte da Igreja a promover a fundação de sindicatos rurais, no intuito também de evitar que estes ficassem ligados aos comunistas.

Mas nem sempre esta instituição conseguia controlar de maneira definitiva seus membros que atuavam no meio sindical, estudantil e popular. E se, de um lado, havia segmentos católicos que defendiam o sistema vigente, muitas vezes de maneira radical, como era o caso da organização de direita denominada Tradição, Família e Propriedade (TFP - 1960), de outro lado, setores progressistas dessa mesma Igreja condenavam o capitalismo e se aproximavam de forças políticas de esquerda na luta por reformas rumo a um possível socialismo democrático.

Alguns desses católicos vinham dos movimentos de juventude, particularmente a Juventude Universitária Católica (JUC -1950) e foram bastante influenciados pelo pontificado de João XXIII, quando se iniciou o Concílio Vaticano II. Conforme situa Semeraro (1994, p.36),

Para os cristãos progressistas, as imperfeições e as injustiças não eram só fruto da ignorância e do pecado dos homens. Portanto, não era suficiente converter apenas as consciências. Era preciso também atuar sobre as estruturas sociais que são construções humanas e intervir ativamente nos mecanismos de poder que regulam as sociedades não com a intenção de cristiani-

zar um mundo fundamentalmente pagão, mas para edificar juntamente com outros homens, uma humanidade mais plena.

Em 1961 organiza-se o Movimento de Educação de Base (MEB) com o objetivo de implantar uma rede de escolas radiofônicas para promover um trabalho de educação de adultos. Criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com base em experiências já realizadas em Natal e Aracaju, seus quadros eram formados por leigos da Ação Católica. O setor jovem organizado na JUC atuou não só no MEB, mas também nos movimentos de trabalhadores rurais, nos Centros Populares de Cultura (CPC -1961), no Movimento de Cultura Popular (MCP -1960), nos trabalhos da UNE-volante e em programas de alfabetização de Paulo Freire (SEMERARO, 1994, p.56).

Toda essa atuação, porém, preocupava certos setores da hierarquia católica, que pressionam a JUC a não fazer alianças com a esquerda, particularmente o PCB. Mas os jovens não recuam e, em 1962, fundam sua própria organização política, a Ação Popular que, em breve, tornou-se uma das referências da esquerda no Brasil, particularmente no movimento estudantil e no movimento camponês, ao lado do PCB e do PC do B.

Toda esta mobilização e posicionamento de amplos setores da população em apoio a uma política desenvolvimentista passava pelo combate ao latifúndio e aos privilégios oferecidos ao capital estrangeiro, colocando a necessidade da implementação de mudanças estruturais no país. Respeito e ampliação dos direitos trabalhistas, reforma agrária, reforma universitária, reforma tributária, ampliação do direito de voto, em especial dos analfabetos, eram algumas das questões colocadas na ordem do dia. O que deixava as classes dominantes e os setores conservadores em pânico, pois não admitiam a perda de seus privilégios. Como já ocorrera antes, se o processo eleitoral não lhes parecia confiável, não hesitavam em defender seus interesses por outros meios. E mais uma vez, vão procurar criar um clima de medo e insegurança com vistas a justificar seus esquemas golpistas.

Pernambuco foi um dos estados em que mais se esperava a resistência ao golpe. Havia um crescimento significativo da participação, organização e lutas dos trabalhadores, envolvimento da juventude, da intelectualidade e principalmente dos camponeses. Centro econômico e político do Nordeste, Pernambuco viveu intensamente toda essa ebulição, assim como experimentou, em termos político-institucionais, um avanço com a formação da Frente do Recife, em 1955, com vistas a eleger prefeito Pelópidas da Silveira, numa aliança entre os partidos de esquerda (PCB, PTB e Partido Socialista) e correntes nacionalistas,

com base num programa democrático e nacionalista (SOARES, 1982, p.21). Esta aliança ampliou-se posteriormente por ocasião das eleições para governador do Estado, em 1958, quando chegou a apoiar a candidatura do usineiro Cid Sampaio (1910-2010), da UDN (1945), com o objetivo de enfrentar o PSD, que dominava a política estadual de há muitos anos. O novo governador, porém, não manteve seus compromissos de campanha, o que resultou numa crise na aliança e, nas eleições seguintes, a Frente do Recife retoma sua plataforma mais à esquerda: em 1962 Miguel Arraes é eleito governador.

Neste período havia um movimento sindical urbano importante, com destaque para os portuários, ferroviários, têxteis, gráficos, bancários e outros. Entre os têxteis houve algumas greves memoráveis, como a de 1952 e a de 1958, assim como no início dos anos 60, não apenas no Recife, mas com a participação de algumas cidades do interior, que tinham grande contingente de trabalhadores, como Moreno e Paulista. A classe operária contava com grande atuação do Partido Comunista, presente em várias fábricas da região. O PCB, inclusive, chegou a eleger vereadora uma operária têxtil, Júlia Santiago. Seguindo tendência nacional, organizou-se em 1958 uma entidade paralela ao sindicalismo oficial denominada Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (CONSINTRA), que chegou a congregar 60 entidades sindicais três anos depois (JACCOUD, 1990, p.68).

Em fevereiro de 1963 os operários da fábrica de tecidos Paulista entram em greve vivenciando-se um fato inusitado, conforme relato de um trabalhador:

[...] Então com a greve, parou tudo naquele tempo. E não entrava nada na fábrica, os piquetes não deixavam. Nem o Comendador Arthur, nessa greve, eles deixaram entrar. O Comendador, ele tinha na [Fábrica] Aurora um lugar que ele costumava tomar banho, ele ia todo dia lá tomar banho. Então o pessoal da greve não deixou ele entrar pra tomar banho. Não deixaram. Ele voltou e foi se embora. Deixou de morar aqui e nunca mais quis voltar pra Paulista, nem pra visitar, até ele morrer [em 1967]. Nessa greve a gente venceu, ganhou muita coisa, mas nem deu tempo de aproveitar. Porque devido à política e ao governo, que é quem manda, veio a revolução [1964] e se acabou tudo (LOPES, 1988, p.454).

Por esta fala percebe-se o caráter que as mobilizações iam assumindo, não apenas no que diz respeito à conquista de melhores condições de vida e trabalho, mas à ampliação da noção de direitos, apontando para outra visão quanto às prerrogativas do patronato, muitas vezes considerado como senhor absoluto ainda mais em se tratando de uma fábrica com vila operária. Esta

luta foi dirigida por uma diretoria liderada por militantes da Juventude Operária Católica (JOC).

Contudo, o movimento que marcou presença de maneira mais significativa e que mais incendiou o imaginário das classes dominantes em Pernambuco foi o dos trabalhadores rurais. Considerados como objetos de exploração e dominação seculares, devia parecer bastante ousado colocarem-se como sujeitos, reivindicando direitos, posicionando-se politicamente e organizando-se de maneira autônoma em suas próprias entidades.

O mais expressivo deles nos anos 50 foram as Ligas Camponesas, que reivindicavam o direito à terra e ao pagamento das benfeitorias feitas em terras arrendadas.<sup>6</sup> Até então, os conflitos no campo eram resolvidos apenas com base na força imposta pelos proprietários, que recorriam a expedientes como destruição da lavoura, expulsão de foreiros e de moradores, quando não atentando contra a própria vida dos que ousavam protestar. A partir das Ligas, os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação e mobilizações, além de atuarem na esfera jurídica, com base no Código Civil. Nesse sentido, foi fundamental o papel do advogado e deputado federal Francisco Julião (1915-1999). Com a desapropriação das terras do engenho Galileia em 1959, o reconhecimento das Ligas e seu trabalho ampliou-se bastante, inclusive em outros estados do Brasil.

Já o sindicalismo rural começou a estruturar-se efetivamente em Pernambuco a partir dos anos 60. Embora algumas tentativas tivessem sido feitas anteriormente, apenas o sindicato de Barreiros era reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Diante de algumas tentativas de fundação de sindicatos, os proprietários rurais acionavam a polícia sempre que necessário de tal modo que “a lei e a ordem” não corresse o risco de serem alteradas (ABREU E LIMA, 2005, p.37).

Tanto nas ligas quanto nos sindicatos havia efetiva participação dos comunistas. Posteriormente o PCB veio a se afastar das ligas em virtude de divergências políticas. E as ligas, embora mantivessem seu trabalho específico, também passaram a fundar sindicatos.

O sindicato mais importante era o de Palmares, que nasceu a partir da Liga Camponesa de Água Preta, fundada em 1957, e abrangia 21 municípios, fun-

---

6 No fim da ditadura Vargas muitas entidades foram fundadas com esse nome por lideranças rurais tendo à frente militantes do PCB, mas que, a partir de 1947 foram consideradas ilegais, perseguidas e fechadas, chegando mesmo a ter líderes assassinados durante o governo Dutra.

cionando como uma federação. Chegou a ter 45 mil sócios antes de 1964, participando de lutas específicas, localizadas, reivindicativas, mas também de lutas mais gerais, políticas, muito comuns nessa época em que havia um avanço em relação à organização e politização dos trabalhadores (JACCOUD, 1990, p.183). Um de seus principais orientadores foi Gregório Bezerra (1900-1983), dirigente comunista de origem camponesa que fora deputado constituinte em 1946 e posteriormente cassado.

A Igreja Católica, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), fundado em 1961, passou a atuar no campo criando sindicatos e cooperativas, sob a direção do padre Crespo e do padre Melo. Este último, apesar de seus discursos inflamados dizendo-se defensor dos camponeses e da reforma agrária, chegou a ligar-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD-1959), entidade que recebia orientação e recursos financeiros da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) (PAGE, 1972, p.183).

Foi a partir dos sindicatos fundados pelo SORPE que se criou, em junho de 1962, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Os sindicatos organizados por outras forças políticas como os comunistas, as ligas e os trotskistas eram autônomos em relação a esta federação embora, na grande greve dos canavieiros de 1963, tenham todos atuado de maneira unificada.

Miguel Arraes (1916-2005), empossado governador no início de 1963, também buscou atuar diretamente no campo, intensificando o raio de ação da Secretaria Assistente, criada no governo anterior e cujo principal objetivo era manter um canal de entendimento entre as entidades sindicais e os patrões, buscando encaminhar soluções para litígios decorrentes das relações de trabalho no meio rural a partir dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador rural, criado em março de 1963, tendo papel destacado na discussão do Acordo do Campo, firmado no final da greve dos canavieiros. De acordo com Dabat (2004, p.150),

Ao promover a aplicação republicana da legislação em vigor, o governador estava atendendo às reivindicações expressas pelos militantes das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aliás, organizações que trabalhavam juntas na base, embora seus propósitos declarados e seus dirigentes tivessem matizes ideológicos diferentes.

O governo procurava maneiras de atuar no meio rural dirimindo dúvidas, marcando presença, buscando soluções, talvez nem sempre com sucesso, como no caso do sindicato de Itambé, e que resultou na prisão de alguns jovens trotskistas que pretendiam realizar um Congresso Camponês após o as-

assinato, no engenho Oriente, de uma de suas lideranças, o Jeremias, criando uma situação bastante incômoda politicamente (GALINDO, 2010, P.141).

Embora sua preocupação maior fosse garantir condições de governabilidade, agiu no sentido de fazer com que a Polícia Militar deixasse de ser um instrumento de violência contra os camponeses, assumindo uma postura de não subserviência aos interesses dos proprietários. Este governo chegou mesmo a apreender armas em propriedades rurais, o que nunca ninguém ousara fazer. Contudo, continuou elevado o número de assassinatos de camponeses, simbolizado pelo triste caso acontecido na Usina Estreliana, quando, em janeiro de 1963, um grupo de trabalhadores rurais que reivindicava o pagamento do décimo terceiro salário que lhes era devido foi trucidado pelo proprietário e seus capangas, o que resultou em cinco camponeses assassinados e vários feridos.

Toda essa ebulição no campo, indício de que os trabalhadores rurais estavam abrindo espaços como classe organizada e ampliando seu grau de participação no processo político como um todo, contribuindo, dessa forma, para a efetivação da democracia no país, era considerada pelos setores conservadores do campo, pelas classes dominantes em geral, por parte da classe média e por expressiva parcela dos militares, como sinal de anarquia, desrespeito às instituições, às autoridades, à propriedade privada. A direita considerava, de acordo com seus interesses, qualquer tentativa de mudança do *status quo* como sinal de avanço do comunismo. E resistia como podia ao crescimento, mesmo que ainda pequeno, das organizações e lutas dos trabalhadores, particularmente da classe operária e dos camponeses.

Os grandes meios de comunicação procuravam criar um clima propício ao uso da força para conter o avanço dos setores democráticos e de esquerda. Em Pernambuco, assim como no país como um todo, eram dadas versões aos fatos no sentido de reforçar o medo e a insegurança, criminalizar os movimentos sociais, denunciar alianças de governos com os comunistas, que eram demonizados com frequência. A direita, por vezes, veiculava notícias mirabolantes e geralmente infundadas a respeito de invasões de terras, incêndios em canaviais, desrespeito à ordem estabelecida etc. O que tanto se temia? Afinal, a Revolução Cubana era um exemplo de que as coisas poderiam mudar, mesmo numa região considerada como “quintal” dos Estados Unidos. Numa região tão cheia de desigualdade e conflitos, como não ter medo do povo que se organizava?

Em Pernambuco, dois grupos chamaram a atenção para a necessidade de que as forças políticas e as organizações populares se preparassem para a possibilidade de um confronto com os setores conservadores: as ligas e uma

parcela dos comunistas. Grupos de camponeses chegaram a se formar para a possibilidade de oferecer resistência e defender o governo Arraes frente a um eventual golpe. Gregório Bezerra chegou a pedir armas ao governador. No entanto, nada foi feito nesse sentido.

A luta pelas reformas de base, apesar de inseridas num processo de desenvolvimento capitalista, amedrontava, pois parcela das classes dominantes a percebia como prelúdio de um possível desenvolvimento rumo ao socialismo. Colocavam-se contradições praticamente irreconciliáveis. Como bem sintetiza Caio Navarro de Toledo (2004, p.68):

1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; uma ação repressiva *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Este debate ideológico, cultural e também político, que envolveu amplos setores da população, abordou diferentes questões, propôs novas alternativas, experimentou outras possibilidades. No caso da educação, e em especial a educação popular proposta pelo MEB, surgiram novos métodos e novas práticas pedagógicas. A preocupação com a formação de uma consciência crítica, com a valorização da cultura popular e a organização do povo possibilitou a emergência de um projeto político mais amplo de transformação das mentalidades e das estruturas.

No caso dos Movimentos de Cultura Popular, criados em 1960 pela prefeitura do Recife, atuavam por meio do teatro, da música, da dança, das artes plásticas. Segundo Semeraro (1994, p.85) “buscava-se a autenticidade da cultura nacional, a valorização do homem brasileiro, a desalienação da cultura [...] ampliando o diálogo sobre a concepção de vida e sobre a problemática nacional”. E prossegue:

O sistema de Paulo Freire que encarava o ensino como um diálogo, partia das situações concretas do povo e estimulava a capacidade crítica e a participação popular, revelava-se um verdadeiro instrumento de consciência política e um poderoso veículo de transformação social. Superando uma visão mágica do mundo e promovendo uma postura conscientemente crítica diante dos problemas de seu meio, os alfabetizados eram despertados para tornarem-se sujeitos de sua própria história. Eram incentivados a pensar ações politicamente significativas e a constituir forças socialmente organizadas (SEMERARO, 1994, p.85).

Com a eclosão do golpe civil-militar de 1964, todo esse processo caiu por terra. Os cárceres do Recife foram insuficientes para garantir todas as prisões, que iam desde o governador Arraes e membros do governo deposto até militares, juizes, políticos, lideranças sindicais, estudantis e populares, ou mesmo simples cidadãos. Uma manifestação convocada por estudantes e pelo movimento sindical terminou com o assassinato de dois estudantes, Jonas de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar. Gregório Bezerra, preso no município de Cortês, foi trazido para o Recife e torturado em praça pública. A repressão se generalizou. As Ligas Camponesas foram extintas. Boa parte dos sindicatos sofreu intervenção, assim como a Universidade, que teve muitos de seus professores impedidos de lecionar.

Este período, porém, tão rico de possibilidades, marcou a nossa história significativamente.

## REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Oito de Março, 2005.

DABAT, Christine Rufino. Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez! Ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22-1, 2004.

GALINDO, José Felipe Rangel. Trotskismo no campo: o Jeremias das caminhadas. In: DABAT, Christine Rufino; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de (orgs.). *Cadernos de História: oficina da História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife, ano 6, n. 6, 2010.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1990.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. In: *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n.26-1, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In:

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.

PAGE, Joseph. A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

SEMERARO, Giovanni. A primavera dos anos 60. São Paulo: Loyola, 1994.

SILVA, Fernando Teixeira; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Maria Lucília de Almeida (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, José Arlindo. A Frente do Recife e o governo do Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

Vizentini, Paulo. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.